Repensando a teoria das representações sociais de Serge Moscovici: Um panorama conceitual e crítico[1]

Maria Teresa L. Nobre Pereira[1A]
Moacir Lira de Oliveira[1B]

INTRODUÇÃO

O conceito de representações sociais, tem, nas duas últimas décadas, suscitado inúmeros estudos no campo da psicologia social, antropologia, sociologia e outras disciplinas das ciências sociais[1]. Tal conceito, por encontrar-se numa área de fronteira entre estas disciplinas, tem promovido um amplo debate entre elas, mediante formulações teóricas interdisciplinares, uma grande multiplicidade de estudos empíricos e contribuído para o debate de inúmeros problemas sociais contemporâneos.

Entretanto, muitos têm sido os questionamentos que se têm levantado em torno da Teoria das Representações Sociais, como ferramenta teórica de alcance satisfatório para explicar/compreender determinados objetos de pesquisa, nas ambigüidades, contradições e singularidades de experiências e práticas sociais, tais como a violência, as questões de gênero, práticas de cura, a desconstrução de identidades sociais, etc.

1A Professora do Departamento de Psicologia da UFS e Mestra em Ciências Sociais pela UFS.
1B Psicólogo, graduado pela UFS

Este artigo apresenta a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, através de uma síntese das suas principais idéias e da contribuição de alguns colaboradores, que têm aprofundado a teoria. Na segunda parte apresenta algumas perspectivas críticas neste campo de estudo, tanto em nível de reformulações da teoria, quanto de substituição do conceito de representação no estudo de determinados fenômenos sociais, a partir de alguns autores que têm se debruçado sobre o tema.

PSICOLOGIA SOCIAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representações está presente na Sociologia Clássica desde Durkheim, com o estudo das representações coletivas, em Weber, como visão de mundo e em Marx, como o mundo das idéias e seu significado no conjunto das relações sociais[2].

A expressão representações sociais diz respeito tanto a um conjunto de fenômenos, quanto ao conceito que os engloba e às teorizações construídas para explicá-los, configurando um vasto campo de estudo na área da psicossociologia e um lugar de destaque nas ciências sociais.

MINAYO (1995) define representação social como a "reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a" (p.89). Assim, enquanto "imagens construídas sobre o real", as representações são objeto importante para a pesquisa no interior das Ciências Sociais; elas se expressam através das formas de dizer e fazer dos sujeitos sociais e assim, se institucionalizam. Desta forma é necessário analisá-las e buscar compreendê-las a partir das estruturas e dos comportamentos sociais, na sua dinâmica, multiplicidade e plasticidade.

A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici[3] surge no âmbito da Psicologia Social no final dos anos 50. Com essa nova teoria Moscovici participa de uma renovação temática, teórica e metodológica da psicologia social ao criticar a tradição norte-americana dominante nesta disciplina, por se ocupar basicamente dos processos psicológicos individuais, sem conseguir dar conta das relações cotidi-

anas da vida humana, no seu aspecto social ou coletivo (FARR, 1995). Uma perspectiva socialmente orientada da psicologia, como pretende Moscovici, entretanto, considera não só os comportamentos sociais, mas os fatos sociais, na sua historicidade e singularidade, buscando os entrecruzamentos e as determinações mútuas entre individual e social.

Dentro dessa perspectiva, não basta levar em conta a influência dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação destes na produção das realidades sociais. Não há um homem que é produto da sociedade ou uma sociedade que é conseqüência das ações do indivíduo. Há uma proposta de superação da dicotomia indivíduo x sociedade, ao considerar que o homem, ao mesmo tempo em que é um produto da sociedade é também construtor da realidade em que vive. SPINK, (1995) chama atenção para o fato que, ao enfatizar o poder de criação das representações sociais e seu caráter estruturado e estruturante, Moscovici inscreve sua teoria entre as perspectivas construtivistas, ao lado da obra de Berger e Luckmann.

De acordo com MOSCOVICI (1995) os conceitos de atitude, opinião, atribuição, cognição social, etc, como são trabalhados pela psicologia social clássica, tendem a uma fragmentação, a um reducionismo dos fenômenos psicossociais. Moscovici pretende re-significar essas noções e ao utilizá-los - nunca de forma isolada, como processos *em si*, mas como elementos que participam das representações sociais -, considera que possuem uma dimensão cognitiva, social, cultural e histórica, que envolvem uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva, presentes na relação sujeito-objeto ou figura-sentido, como veremos adiante.

Na esteira de Moscovici, GUARESCHI (1995) distingue o conceito de RS desses conceitos clássicos, chamando atenção para a ênfase nelas dadas ao indivíduo em detrimento do social, descritos como sendo processos decorrentes de uma disposição mental, nos quais a sociedade aparece como um conjunto de indivíduos dispersos. Para ele, na sua dimensão histórica, social e cultural o conceito de RS aproxima-se do conceito de ideologia[4]. Por ser um conceito valorativo, que contempla a dimensão ética e a não-neutralidade do processo cognitivo,

indissociado das concepções de homem e sociedade, as representações são sempre ideológicas. Na discussão sobre RS é necessário levar em conta várias dimensões: o que forma as representações sociais, como elas se constituem e quais seus efeitos. Nesse sentido é preciso considerar que é um conceito dinâmico, relacional, amplo, político-ideológico (valorativo) e por tudo isso, social, diz ele. Elas se constituem no terreno da relação indissociável indivíduo x sociedade e sob determinadas condições sócio-históricas, e por isso mesmo, expressam as relações assimétricas e desiguais de dominação na construção e apropriação do conhecimento, que por sua vez, orientam a ação, podendo concorrer, enfim, para a manutenção ou transformação das práticas sociais.

A Teoria das Representações Sociais, de acordo com GUARESCHI (1995), ao romper com o individualismo teórico que orientou as principais teorias da psicologia social e seus principais conceitos, não pretende reduzir o indivíduo à sociedade, negando a especificidade do fato psíquico e a contribuição que seu entendimento pode dar à compreensão da realidade humana. Posicionando-se contra uma epistemologia de um sujeito e objeto "puros", a TRS concentra seu olhar na relação entre os dois, recuperando a ambos e vendo a relação sujeito-objeto-mundo como constitutivas tanto do indivíduo quanto da sociedade.

Finalmente, a Teoria das Representações Sociais abre a possibilidade de se repensar a psicologia social, do ponto de vista conceitual e prático, bem como a realidade social com a qual se depara. Ao pensar a prática, instala um desafio, que é ao mesmo tempo, teórico e metodológico, que consiste em pensar o lugar do pesquisador e sua relação com seu objeto de pesquisa e/ou intervenção, apontando a não neutralidade desse processo.

MOSCOVICI opõe-se ao conceito de representações coletivas, de DURKHEIM, por considerar, três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, esse conceito era muito abrangente, incluindo uma gama muito ampla de formas de conhecimento (os mitos, a religião, as categorias de espaço e tempo, a ciência, etc); em segundo lugar, por ser uma concepção estática, adequada aos fenômenos de então, mas incapaz de dar conta da plasticidade, mobilidade e circulação das re-

presentações contemporâneas; e por fim, por serem consideradas como dados, entidades explicativas absolutas (SÁ, 1993).

NÓBREGA (1990) aprofunda esse último aspecto, ressaltando a oposição de Moscovici a Durkheim, referente ao caráter de coerção, exterioridade, autonomia e objetividade atribuído às representações coletivas, que conduzem os homens a pensar e a agir de uma maneira homogênea, a partir de um saber partilhado e reproduzido coletivamente, que transcende o individual. É a tentativa de superar a dicotomia indivíduo-sociedade presente na teoria durkheimiana, diz ela, que levou Moscovici a elaborar sua teoria, apontando na direção de uma interseção indivisível do individual e do social.

Para ele, as representações não são nem homogêneas nem partilhadas como tal por toda sociedade. São ao contrário, *"forjadas em condições socialmente desiguais, como resultado da divisão social do trabalho (...) partilhadas na heterogeneidade da desigualdade social"* (apud Nóbrega, op. cit. p.7). Moscovici dá, por outro lado, ênfase ao processo de comunicação em que as representações são formadas, a partir da interação entre os indivíduos, o que lhes confere um caráter criativo, não apenas reprodutivo, que têm a função de orientar o comportamento das pessoas. Nesse ponto ressalta também o papel da comunicação de massa como fenômeno importante na modernidade, o que nos leva a ver as representações como algo que explica a impregnação do novo nos processos de interação social e, ao mesmo tempo, como esses processos são capazes de produzir as representações.

Em sua tese de doutoramento "La psychanalyse son Image et son Public" [5], MOSCOVICI (1961) formula a Teoria das Representações Sociais, tomando como objeto a apropriação da psicanálise pelo público francês nos anos 50, onde esse conhecimento científico transforma-se numa forma de conhecimento elaborado e partilhado pelo senso comum. Nesse trabalho, Moscovici além de ampliar o conceito de representações, do coletivo ao social, funda também uma nova metodologia de análise das representações, que a partir de então, passa a ser aplicável a inúmeros objetos (podendo ser uma profissão, uma doença, uma religião, etc).

Segundo MOSCOVICI, a penetração do conhecimento científico na sociedade se dá através de uma descontinuidade, de uma ruptura,

entre universos de pensamento e ação diferenciados. Se de um lado essa ruptura pode ser vista como algo que o enfraquece, é, por outro lado, condição necessária para a sua inserção na sociedade, onde *"adquire um novo status epistemológico, sob a forma de representações sociais"* (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

No processo de produção do conhecimento (seja na arte, na técnica, na ciência ou no senso comum), além do contexto social que lhe dá corpo, há também um papel particular desempenhado pelo indivíduo conhecedor, que imprime nele a sua marca pessoal. No caso da formação das representações, parte-se sempre de observações e sobretudo, diz Moscovici, de testemunhos, que acumulam-se acerca dos eventos correntes numa determinada sociedade, (como o lançamento de um foguete, uma descoberta médica, um livro, um discurso de um personagem importante, uma doença, etc).

Essas observações e testemunhos são inventariadas e organizadas a partir de um certo eixo de interesses e comunicadas à sociedade por alguns "relatores": jornalistas, políticos, técnicos, cientistas, etc. Fala-se muito à respeito desses fatos através de livros, artigos, conferências, programas televisivos, etc. Entretanto, a maioria das pessoas, permanece distanciada desses discursos, pois torna-se impossível apreender a sua linguagem e o seu conteúdo, dada a sua especificidade, o uso de jargões técnicos, etc. Entretanto, ao mesmo tempo, direta ou indiretamente, esses objetos dizem respeito à vida das pessoas, as tocam, permeiam seu cotidiano. Sabe-se que o objeto ou o fenômeno existe, mas faltam critérios necessários para atestar sua existência material, mesmo que, de certa forma, esses sejam objetos "conhecidos" e portanto, próximos. Algo que está fora de nós, dos nossos limites e do nosso domínio, presente no exterior, em termos de conhecimento, necessita ser por nós apropriado, interiorizado.

Para que isso ocorra, entretanto, o conhecimento penetra no "mundo da conversação", estabelecido entre as pessoas por meio do diálogo, de leituras descontínuas, de boatos, enfim, de "falatórios", onde não só as informações são transmitidas, mas onde cada um fala com propriedade, com "uma competência enciclopédica" acerca do objeto. A partir daí, ordenam-se as atitudes, as opiniões, as idéias e cada um passa a ser elemento de novas transmissões.

Nesse processo de comunicação, as pessoas e os grupos ocupam um lugar, do qual abordam e interiorizam os temas e os objetos, observam, coletam informações e agem, a partir dos juízos que formaram, dos ordenamentos e remanejamentos que fizeram de novos e antigos objetos, usando-os como melhor entendem, integrando-o num quadro coerente.

Esse movimento implica um duplo processo de familiarização com o real: de um lado pela atribuição de um sentido e, por outro, de uma manipulação do conhecimento. Assim, idéias e conceitos elaborados por uma área do conhecimento ou uma disciplina - como a psicanálise, por exemplo, - aparecem freqüentemente como idéias resignificadas[6] dada a apropriação particular e peculiar que um grupo ou segmento social faz dela, ao reelaborá-la, no transcurso entre a forma como foi concebida na sua origem e a forma como é compreendida e utilizada pelo senso comum.

Desta forma, as RS tem o papel de,

> "preencher lacunas, suprimir a distância entre o que se sabe, por um lado e o que se observa por outro, completar as "divisórias vazias" de um saber pelas "divisórias cheias" de um outro saber (...) Ao mesmo tempo, desligados de seus vínculos, conceitos e modelos, ramificam-se e proliferam com surpreendente fecundidade e grande liberdade, tendo por único limite o fascínio que exercem e a ansiedade que provocam quando questionam demais aquilo que se quer manter fora de toda questão" (MOSCOVICI, 1978, p.55-56)

Ressaltando o papel da comunicação na produção das RS, Moscovici analisa os três sistemas indutores das representações: a difusão, a propagação e a propaganda, responsáveis, respectivamente pela edificação das condutas de opinião, atitudes e estereótipos. Para ele, a transmissão do conhecimento, implica não uma disseminação de cima para baixo de informações inalteradas ou imitação dos que sabem pelos que ignoram, mas um movimento de troca, onde, tanto o conteúdo como o alcance das experiências e teorias se modificam,

seja através dos meios de comunicação, seja através das instituições sociais.

Para MOSCOVICI é fundamental o aspecto da criação ou recriação das mensagens, das idéias, das concepções, no processo de transmissão da informações, que se diferenciam e são interpretadas, recombinadas, reinventadas, traduzidas. É na comunicação que as palavras adquirem seus múltiplos sentidos, filtrados e reordenados, traduzidos e interpretados, segundo códigos, normas e valores próprios dos grupos sociais. As imagens e as falas são produzidos em seu interior, compondo assim, segundo Moscovici, a fala da sociedade, na multiplicidade e diversidade de seus significados.

Para MOSCOVICI (1984), os indivíduos não são receptores passivos das crenças e valores sociais, mas produtores de representações que comunicam incessantemente a outros atores sociais, processo através do qual buscam a solução de problemas postos no cotidiano. Nesse contexto, os acontecimentos, ideologias e ciências constituem um "alimento", que estimula a produção de novos saberes – o saber do senso comum.

As representações sociais, portanto, são conjuntos de conceitos, imagens, afirmações e explicações a respeito de um objeto do conhecimento, que se constituem a partir do desenrolar das comunicações entre os indivíduos, mobilizando as pessoas em torno de uma conduta comum, sendo elemento básico para a constituição da visão de mundo num determinado grupo social. Para NÓBREGA (1990), elas ainda atuam salvaguardando a imagem positiva do grupo, garantindo sua especificidade e permitindo que os atores sociais mantenham os comportamentos que os diferencia, nas relações entre os grupos, funcionando assim como elemento essencial para a constituição de sua identidade.

A relação entre representações sociais e identidade é também acentuada por BONFIM e ALMEIDA (1992), para quem o conteúdo das representações sociais possibilita a compreensão da dimensão dos grupos sociais, tornando possível a comparação entre eles, observando suas características comuns e divergentes.

Encarada de um modo passivo, uma RS é apreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um objeto que lhe é

exterior. Entretanto, segundo Moscovici (1978), uma representação é dada pela relação sujeito-objeto, não podendo portanto, ser compreendida enquanto processo cognitivo individual, pois é produzida no intercâmbio das relações e comunicações sociais. Devemos, portanto, encará-la de um modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é dado do exterior, fazendo com que o ambiente em que vivemos seja re-significado, reordenado, recriado. Neste sentido, o mundo torna-se, diz Moscovici, o que pensamos que ele é ou deve ser. Deste modo, as representações sociais forjam atitudes e preparam a ação do sujeito.

As RS possuem uma função constitutiva da realidade que conhecemos e na qual nos

movemos. Nesse sentido uma RS projeta na vida social um objeto socialmente valorizado, tomando e recombinando novos objetos a objetos antigos, em consonância com imagens e atitudes anteriormente formadas, num processo em que se fundem o conceito e o objeto percebido no seu caráter imaginante ou figurativo, invariavelmente vinculado ao seu aspecto significante.

Assim a estrutura de cada representação apresenta duas faces indissociáveis: a face figurativa (passiva) e a face simbólica (ativa), o que nos revela que há "para toda figura um sentido e a todo sentido uma figura", em constante tensão entre seus pólos, mediada pelas imagens, informações e linguagem.

Na Teoria das Representações Sociais de Moscovici as opiniões são encaradas tanto pelo seu caráter de comunicação, quanto pelo seu caráter de expressão. As imagens e as opiniões não são pensadas apenas como algo que traduzem a posição e a escala de valores de um indivíduo ou grupo, mas como uma fatia do pensamento simbólico, longamente elaborado pelos indivíduos e coletividades e que, ao modificarem seu modo de ver, modificam-se reciprocamente.

Os preconceitos, por exemplo, não são manifestações isoladas, mas assentam-se num sistema de raciocínio e linguagem, remetem à natureza biológica e social do homem e suas relações com o mundo. Esses sistemas são interligados, comunicados entre classes sociais e gerações. É o processo de interação que dá relevo ao problema e que controla o emprego do código adaptado, conferindo um sentido às representações nas relações entre os grupos e pessoas.

Portanto, para MOSCOVICI as representações sociais são,

> "sistemas, que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações que se assenta em valores e em conceitos. Um estilo de discurso que lhes é próprio. Não os consideramos como "opiniões sobre" ou "imagens de", mas como "teorias", "ciências coletivas", sui generis, destinadas à interpretação e elaboração do real. Elas vão constantemente além do que é imediatamente dado na ciência ou na filosofia (...) O que é recebido (...) é submetido a um trabalho de transformação, de evolução, para se converter em um conhecimento que a maioria das pessoas utiliza em sua vida cotidiana" (MOSCOVICI, 1978, p.50).

Assim, as representações sociais são fonte de tensão, porque referem-se a objetos ausentes, que são adicionados ao nosso mundo e a objetos presentes que são modificados. Esse objeto ausente, que é algo estranho e está fora do nosso universo habitual deve ser aproximado e isso se dá porque o novo, o conteúdo estranho, se desloca para o interior de um outro conteúdo, anteriormente existente, permitindo assim sua familiaridade. Desta forma, *"os conceitos sem percepções, as percepções sem conceitos, as palavras sem conteúdo e os conteúdos sem palavras buscam-se, deslocam-se e trocam-se nas sociedades diferenciadas e dinâmicas. É para isso que se empregam as representações e é dai que elas resultam"* (MOSCOVICI, op. cit, p.60).

Desse modo, a forma como uma representação é elaborada e transforma um objeto distante em próximo, estranho em familiar e a maneira como se dá este mecanismo, intervindo no mundo exterior, pode ser compreendida através de dois processos básicos, que Moscovici chamou de objetivação e ancoragem, discutidos por Nóbrega (1990). A ancoragem e a objetivação, que são articuladas de forma dialética, garantem a incorporação do estranho ou do novo, a interpretação da realidade e a orientação do comportamento, funções básicas da representação.

Segundo essa autora, a objetivação consiste em materializar as abstrações, corporificar os pensamentos, tornar físico e visível o impalpável, enfim, transformar em objeto o que é representado. Pelo processo de objetivação o objeto é "materializado", "reabsorvido" pelo sujeito e assim, ao mesmo tempo, há uma incorporação e um distanciamento do objeto representado. No primeiro momento da objetivação, ocorre a apropriação do conhecimento, determinado pelo acesso (desigual) à informação sobre o objeto veiculada pelos meios de comunicação pelos diferentes grupos sociais e pelo sistema de valores próprios a esses grupos.

Após esse momento, o objeto passa a ser organizado ou estruturado pela relação que o sujeito mantém com ele, em torno de um "núcleo estruturante", que é o elemento fundamental da representação, determinado pela finalidade e condições onde se produz a representação. A seguir, há um processo de naturalização, que significa uma projeção da representação no mundo exterior, direcionando o comportamento para a ação. Através desse processo os indivíduos tornam os elementos do modelo figurativo uma realidade tangível e, desse modo, dão-lhe uma existência palpável. O que era uma abstração passa a ter concretude. As RS, tanto pelo processo de objetivação quanto o de ancoragem, que veremos a seguir, são socialmente partilhados e concretizados, pois embora perpassados pela dimensão individual, são construídos no social, na relação dos sujeitos com o objeto e na relação dos sujeitos entre si, no contexto da realidade social, que implica um sistema de valores, troca e reciprocidade.

Através da ancoragem o novo ou o estranho são integrados a outros objetos já existentes, que fazem parte do universo simbólico dos indivíduos e grupos, adquirem sentido, são transformados em um conjunto de conhecimentos socialmente estabelecidos, fornecem novos elementos que permitem a interpretação do real e passam a servir de guia de compreensão e ação.

Um objeto e sua representação sofrem um enraizamento em um grupo ou sociedade a partir de sua relação com uma rede de significações já existentes numa cultura, apoiando-se ou vinculando-se àquilo que foi previamente constituído, ou seja, há uma atribuição de sentido ao novo objeto. A partir daí há um movimento de incorporação

social da novidade atrelada a uma familiarização do estranho ou um enraizamento no sistema de pensamento, onde os elementos inovadores são articulados aos rotineiros ou mesmo arcaicos.

O novo entra em contato com elementos e categorias de pensamento mais antigas e cristalizadas, operando sobre elas novas modificações, possibilitando novas interpretações dos objetos e novas leituras da realidade. Com esse processo, o novo objeto agora interpretado e re-significado, transforma-se em saber útil. A ancoragem implica assim, a familiarização e dominação do estranho, do novo e do inusitado, através dos mecanismos de classificação, comparação e categorização do novo objeto.

Visto sob este ângulo a representação social é uma forma de apropriação, produção e reprodução do conhecimento. Para JOVCHELOVITCH (1998), a Teoria das Representações Sociais é uma teoria sobre a produção dos saberes sociais que centra-se sobre a análise da construção e transformação do conhecimento social, tentando elucidar a interconexão entre o saber e o pensar na trama do tecido social. Essas inúmeras possibilidades permitem que as representações sociais sejam classificadas como um saber prático, que diz respeito à experiência a partir da qual ele é produzido, às circunstâncias e contextos em que são engendrados, enfim, às condições sociais de sua produção. Por outro lado, pode-se classificá-lo como prático pelo fato de que a representação tem como função agir sobre o mundo e sobre os outros, na medida em que orienta comportamentos.

Segundo SÁ (1996), sendo uma forma de saber prático, que liga um sujeito a um objeto (social, material ou ideal), a RS encontra-se numa relação de simbolização (está no seu lugar) e de interpretação (confere-lhe significado). Por outro lado, a representação é construção e expressão do sujeito, que pode ser analisado tanto do ponto de vista *epistêmico*, quando são focalizados os processos cognitivos; *psicodinâmico* quando enfatizados os mecanismos intrapsíquicos e motivacionais; ou ainda *social*, se há uma integração na análise desses processos das pertenças sociais e culturais do sujeito.

VALA (1993), considera que enquanto conteúdo e processo, a idéia de representação social refere-se a um fenômeno psicossocial complexo, que só pode ser entendido considerando-se a sua multidimensi-

onalidade. As representações são fatores produtores de realidade, repercutindo na maneira como interpretamos o que acontece à nossa volta e sobre as respostas que encontramos para validar as previsões e explicações acerca de determinado fenômeno. A representação é sempre representação de alguma coisa, exprimindo, desse modo, a relação de um sujeito com um objeto. Não é, entretanto, a expressão de um sujeito ou um reflexo de um objeto, mas, segundo Abric, citado por VALA (op.cit), um produto do confronto da atividade mental de um sujeito e das relações complexas que mantém com o objeto.

O estudo da atividade representativa de um indivíduo pode enfatizar diferentes perspectivas de análise como: estudo de estruturas e processos cognitivos ligados as atividades de codificação, decodificação e memorização; estudo dos processos motivacionais que dirigem a dinâmica da atividade cognitiva bem como das relações entre as estruturas cognitivas e o estudo dos investimentos pulsionais e fantasmáticos que interferem na atividade cognitiva e simbólica.

Essas considerações se referem diretamente a pergunta: "em que sentido uma representação é social?" De acordo com VALA (op. cit.), utilizando um critério quantitativo, pode-se dizer que uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos e, utilizando um critério genético, considera-se uma representação como social no sentido em que é coletivamente produzida.

REPENSANDO A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

De acordo com MEDRADO (1998), as críticas que se dirigem ao conceito de representações sociais podem ser divididas em dois grupos: um grupo que, fundamentado numa abordagem positivista, aponta uma falta de clareza conceitual da teoria, pouco rigor metodológico e o próprio estatuto de teoria; outro grupo, identificado com as novas vertentes psico-sócio-lingüísticas, criticam o emprego do termo "representação", pois este remete à idéia de um objetivismo, uma vez que postula a existência do objeto "real", como sendo anterior às construções cognitivas e às práticas sociais.

As críticas feitas pelo primeiro grupo, na avaliação de SPINK (1996), remetem à questão dos paradigmas dominantes de ciência e à contra-

posição entre teoria como quadro de referência conceitual - onde ela é encarada como um guia de leitura de um fenômeno - e teoria como sistema formal de hipóteses que podem ser falsificadas por meio do rigor metodológico.

Respondendo às críticas que dizem respeito à ambigüidade conceitual e à abrangência excessiva da abordagem, MOSCOVICI (apud SPINK, 1995), justifica que nunca teve como objetivo formular uma teoria fechada e que sua perspectiva tem elementos suficientes para ser enquadrada como teoria, enquanto "forma de ver o mundo", posto que: existe um conceito agregador (representações sociais), há explicitação dos processos sócio-cognitivos de produção de representações (mecanicismo de ancoragem e objetivação), as funções das representações são bem definidas (familiarização com a novidade e manutenção das identidades sociais), e os princípios dinâmicos de reprodução e mudança social delineados.

No prefácio da obra "Textos em Representações Sociais" (1995)[7], ao comentar as críticas de caráter metodológico MOSCOVICI alegara ainda, que a sua reserva por métodos rigorosos é motivada pela necessidade de levar em consideração o potencial de crescimento do enquadre conceitual, pelo fato de ser uma teoria ainda em construção, dada a contribuição de inúmeros pesquisadores, que especialmente na França e na América Latina têm se debruçado sobre ela, no sentido de desenvolvê-la e ampliá-la. Ressalta ainda suas restrições a fazer do método experimental, ou dos métodos não experimentais, garantias em si mesmas para se produzir um conhecimento pertinente, enfatizando que, se a sua preferência se relaciona com os métodos de observação e de análise qualitativa, isso constitui um problema de escolha pessoal e não um problema epistemológico. Por fim, assinala que o valor intelectual de um conhecimento produzido, depende, numa medida mínima apenas, do método utilizado.

Com relação às críticas do segundo grupo, a posição da teoria é mais delicada. Vejamos alguns pontos de estrangulamento defendidos por alguns autores, seja referente à Teoria das Representações Sociais, seja ao próprio conceito de representação.

Para MEDRADO (1998) os questionamentos mais difíceis de serem contornados, dizem respeito ao uso "impróprio" do termo represen-

tação dentro de uma abordagem caracteristicamente construcionista, em que o conhecimento é considerado um produto das construções sociais.

Seguindo esta linha de pensamento, põe-se então a questão: como utilizar o conceito de representação sem cair na armadilha de ver a realidade como algo "dado", como um reflexo na consciência do que seria o objeto real?

ANDRADE (1999), entretanto, aponta outra perspectiva de análise neste sentido, ao nosso ver já vislumbrada na obra de Moscovici, ao entender o real como aquilo que tem ou passa a ter um significado, não como um objeto que tem uma existência "em si". Segundo ela: *"A RS corresponde à noção de produção, e não à de reprodução, da conduta ou das relações (...) pertencem ao espaço simbólico, ou seja, ao espaço das significações (...) Neste sentido, o sujeito cria o real, na medida em que atribui significado aos objetos" (ANDRADE, 1990 :85).* O que nos parece uma lacuna neste sentido é quanto ao processo de produção desses significados, que não fica evidenciado, pelo menos na maioria dos estudos, em parte pela forma como o discurso é tratado e em parte pela noção de representações como determinante de práticas sociais, conexão esta nem sempre possível.

Contrapondo-se ao conceito de representações como ferramenta teórica para a leitura de determinadas realidades sociais, ALVES e RABELO (1998) apontam a necessidade de se privilegiar o estudo da experiência, ao invés de estabelecer a primazia do pensamento sobre a ação, como fazem, em geral, os estudos sobre representações sociais. De acordo os autores é necessário superar a dicotomia entre o pensar e o fazer, visto que muitas das nossas ações são pré-reflexivas, muitas vezes naturalizadas, até mesmo por força do hábito, onde a dimensão do corpo, assume lugar central.

Para os autores, os estudos em representações tendem a enfatizar modelos fechados de significação, desconsiderando uma compreensão dos processos de produção de significado. Assim, opera-se uma cisão entre mente e corpo, atualizando a dualidade cartesiana. Há portanto, a necessidade de reelaborar as relações entre pensamento e ação, consciência e corpo-cultura e individualidade, a partir inclusive da releitura de autores clássicos, particularmente da fenomenologia e

do pragmatismo, como Merleau-Ponty, Heidegger, George Mead, John Dewey e Charles Peirce.

O conceito de experiência é o campo onde se entrecruzam essas dimensões, abrindo pistas para a superação dessas dicotomias. Nestes sentido, dois elementos centrais devem ser levados em conta: a dimensão corporal, como fundamento da experiência e da cultura e a idéia de intersubjetividade, como possível alternativa à dicotomia objetivismo X subjetivismo. Ao enfatizar um modo de compreensão fundamentado no corpo, esse enfoque compromete uma visão intelectualista e cognitivista, que propõe um tecido dominante de idéias ou representações que determinam as práticas, as condutas sociais.

Indubitavelmente, toda essa discussão problematiza e critica a prioridade das representações sobre as práticas, comum em grande parte dos estudos sobre o tema. Em geral, as representações tendem a ser vistas como organizadoras ou mesmo determinantes das práticas. Dessa forma, enfatiza-se a coerência de idéias, valores e práticas de determinado grupo social e desconsidera-se as ambigüidades, contradições e incoerências deste grupo ou o descompasso entre representações e práticas, como observamos em alguns estudos.

Para ALMEIDA (op. cit), porém, não se pode determinar uma relação direta ou linear entre o papel das representações e as condutas humanas. A autora sinaliza que as práticas atuam, ao contrário, como fatores desencadeantes de transformação das representações. Diz ela: *"a mudança das práticas sociais (...) altera progressivamente as RS. Há fortes indícios de que as RS também influenciam, ou "orientam", as práticas sociais, mas há discordâncias quanto ao grau e à forma como esta influência se processa"* (BOMFIM e ALMEIDA, op. cit. 106). Ou seja, o campo das representações influenciaria as práticas, mas essa influência é mediatizada por conjunturas externas, particularmente pelo contexto sócio-histórico, em especial pelo controle social (sobretudo pelas relações de poder) que forja novas práticas. Assim teríamos uma relação inversa entre representações e práticas, sendo as últimas, por vezes, transformadoras das primeiras.

Outro aspecto referente às representações como condutoras da ação, diz respeito à idéia de "consciência compartilhada", que, em tese, estruturariam as opiniões e atitudes frente a um objeto social,

persistindo a idéia de consenso, que segundo Medrado (op.cit.) cria obstáculos à identificação daquilo mesmo que é proposto pelo conceito de representações sociais: a diversidade social. Faz-se, portanto, necessário, entender como as representações competem entre si e articulam-se em torno de discursos contrastantes, antagônicos e diversos.

Tentando superar as limitações do conceito de representações, o autor apresenta o conceito de repertórios interpretativos que são definidos por Potter e Wetherell (apud Medrado, op.cit), como:

> "(...) basicamente um léxico ou registro de termos em metáforas (...) sistemas de uso recorrente utilizado para caracterizar e avaliar ações, eventos e outros fenômenos. Um repertório (...) é constituído através de uma quantidade limitada de termos usados em construções estilísticas e gramaticais particulares". (p. 98)

O conceito de repertórios interpretativos, embora tenha como objetivo entender a organização dos fenômenos psicossociais (atitudes, crenças, atribuições, condutas), apresenta diferenças significativas em relação ao conceito de representações sociais.

Uma primeira diferença que pode ser marcada é que a abordagem de Moscovici pressupõe a existência de dois campos distintos: conhecimento científico e senso comum, enquanto que o conceito de repertórios interpretativos considera os discursos, inclusive o científico, como dinâmicos e polissêmicos, analisados à luz do contexto sócio-histórico em que são engendrados.

Além disso, este conceito não considera que os membros de um mesmo grupo social estejam sujeitos a um modelo único de respostas às situações do cotidiano. Os repertórios estão disponíveis às pessoas e são empregados em diferentes situações, a partir de diferentes filiações, necessidades e usos.

O conceito de repertórios interpretativos supera, portanto, a noção de consensualidade que propõe uma uniformidade nas ações e discursos de indivíduos pertencentes a um determinado grupo. Supera também a dicotomia conhecimento científico x senso comum, uma

vez que considera a ambos como expressões lingüísticas humanas, diferenciadas, mas não antagônicas.

Para Medrado, os repertórios não podem ser estudados isoladamente e sim dentro de uma abordagem mais ampla, considerando outros tipos de fenômenos discursivos. Segundo SPINK(1995), considerando que as representações sociais são, por um lado, uma modalidade de conhecimento prático, orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação e por outro, construções, elaboradas por sujeitos sociais sobre objetos socialmente valorizados, a análise das representações deve considerá-las a partir do contexto em que são produzidas, no entrecruzamento entre as dimensões cognitivas, afetivos e as demandas concretas das práticas cotidianas. Esta dimensão é também assinalada por GUARESCHI (1995), que enfatiza a participação dos sentimentos, emoções e paixões na produção das representações sociais. Nesta perspectiva amplia-se o enquadre das representações sociais, que devem incluir necessariamente, a dimensão afetiva, ao lado das demais, perspectiva pouco presente nos estudos em representações, ao menos no início da formulação da teoria.

A necessidade da incorporação da dimensão afetiva pode ser vislumbrada na definição clássica apresentada por JODELET (apud SPINK, 1993), segundo a qual, as representações sociais são modalidades do conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. Portanto, as representações são formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, teorias, categorias), mas que não se reduzem a eles.

Em artigo posterior, SPINK (1996) entende que a crítica ao representacionismo e a adesão ao construcionismo remete a uma análise sobre a natureza do discurso, como elemento constitutivo da realidade. Para a autora, dentro dessa nova abordagem, passou a ser central o conceito de prática discursiva, que segundo Harré, pode ser definida como as diferentes maneiras em que as pessoas, através do discurso, produzem realidades psicológicas e sociais. SPINK ressalta o caráter dialógico das práticas discursivas, visto que os enunciados de uma pessoa estão sempre em contato com outro ou outros, mesmo

quando estes outros estão temporalmente ou espacialmente distantes; além disso, produzem novos sentidos, ou realidades sociais.

Uma crítica interessante apontada por SOUZA (1994) à Teoria das Representações Sociais é que, dentro dessa abordagem, a linguagem é compreendida como uma operação de equivalência entre a representação e aquilo que a representa, tornando-as intercambiáveis. Subjacente a essa idéia está a pressuposição de uma capacidade humana de apreender o mundo pela razão, que sobredetermina a experiência humana.

O autor considera que problema não é o reconhecimento da necessidade e da utilidade do uso da linguagem no meio social, posto que, a linguagem enquanto representação do mundo (objetivo/subjetivo) sob a forma de signos, engendrados culturalmente como repertórios comuns, pelos quais fazemos uma leitura das experiências vividas, tem todo um sentido convencional de comunicação. O problema centra-se na suposição de que a linguagem possa captar, traduzir o real, e, além disso, que o racionalismo possa, de fato, "esgotar" o real.

Depreende-se dessas considerações, que o lugar da linguagem nos estudos em representações sociais, constitui o núcleo central das críticas. Do ponto de vista metodológico, há uma preocupação excessiva em mapear os discursos de informantes, caracterizando-se "perfis" de grupos sociais, com a finalidade de encontrar regularidades, generalidades, negligenciando, portanto, a diferença, a ambigüidade, a contradição, a incoerência presentes e constituintes da dinâmica desses grupos, que é exatamente o que lhes dá originalidade.

Outro ponto que se pode destacar diz respeito ao fato de que, na perspectiva representacionista o que é priorizado é a construção cognitiva de idéias, imagens, opiniões e atitudes, que desencadeiam uma determinada forma de ver e pensar o mundo e de se mover nele. Ou seja, as práticas seriam sempre conseqüência de representações sociais, construídas, desconstruídas e reconstruídas continuamente, ao longo da vida das pessoas e dos grupos sociais.

Essa perspectiva, em última instância, segundo seus críticos, tenderia à cristalização de comportamentos, visto que as representações ancoram-se sempre em idéias pré-concebidas anteriormente, mesmo se operam nelas transformações e reordenamentos.

COMENTÁRIOS FINAIS

O conceito de representações sociais e sua progressiva teorização, criou possibilidades para a emergência de uma nova perspectiva de entendimento sobre a atividade cognitiva e simbólica dos indivíduos nas suas interações cotidianas. Portanto, tem servido como chave de análise para inúmeros fenômenos sociais com os quais nos deparamos atualmente. Os estudos que tem suscitado estão diretamente relacionados aos problemas de Teoria Social Contemporânea, sobretudo no que diz respeito à necessidade de superação das velhas dicotomias: ação/estrutura, subjetividade/objetividade, indivíduo/sociedade, corpo/mente (JOVCHELOVITCHI, 1998; ANDRADE, 1999)

Portanto, as representações devem ser analisadas de uma forma crítica, posto que dizem respeito às situações reais da vida, mas não nos informam sobre o mundo *como ele é*. As visões do mundo, as concepções construídas pelos diferentes grupos revelam as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram gestadas. As representações sociais, assim, não são vistas como retratos da realidade e muito menos como verdades científicas.

A Teoria das Representações Sociais surgiu com a finalidade de superar tanto o reducionismo psicologizante quanto o sociologizante, considerando que a malha social constrói as consciências individuais e que estas são por ela construídas. Deve-se considerar, antes de tudo, que a TRS aponta para uma mudança na perspectiva de abordagem dos fenômenos psicossociais e por isso ela rompe com a orientação cognitivista e comportamentalista dominante na psicologia social americana, que manteve, por décadas, a hegemonia na área.

Além disso um dos maiores méritos da TRS tem sido de suscitar um número muito grande de pesquisas, não só no âmbito da psicologia social, mas fora dela. A interdisciplinaridade daí decorrente tem sido uma fonte fecunda na descrição, compreensão e análise dos objetos que têm investigado e na intercomunicação entre pesquisadores de várias disciplinas. É evidente também, que a TRS tem promovido amplos debates, onde ressalta-se a diversidade de análises, referenciais e críticas produzidas.

Para MOSCOVICI não há dicotomia entre cognição e afeto, entre indivíduo e sociedade, entre fenômenos psíquicos individuais e fenômenos sociológicos. Entretanto, não obstante suas formulações estejam assentadas nesses pressupostos, a própria idéia de representação e sua concepção como determinante de práticas sociais impõe limites às análises mais coerentes com os diferentes modos de pensar, dizer e fazer dos atores sociais nas sociedades contemporâneas, tão permeados pela diversidade, multiplicidade e contradição.

NOTAS

1 O artigo constitui uma versão revista e adaptada de dois trabalhos: um capítulo da dissertação de mestrado "Por uma psicologia de corpo e alma: representações da profissão de psicólogo", defendida junto ao NPPCS pela primeira autora, e a monografia de graduação "Repensando a Teoria das Representações Sociais: um panorama histórico, conceitual e crítico", apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Psicologia da UFS, pelo segundo autor.

2. Para uma abordagem extensiva sobre o assunto, ver "Bibliographie générale sur les represéntations sociales" de Denise Jodelet e Jocelyne Ohana. In: JODELET, Denise. Représentationes Sociales. 4 ed. Paris, PUF, 1994. Muitos também têm sido os autores brasileiros (SPINK, GUARESCH, SÁ, JOVCHELOVITCH e outros) e portugueses (em especial, VALA) que se ocupam da teoria, contribuindo para seu desenvolvimento e reformulação, de modo que há ampla bibliografia sobre o assunto. Ver referências bibliográficas deste artigo.

3. A respeito do tema ver o texto de MINAYO "O estudo das Representações na Sociologia Clássica" em que a autora discute o conceito de representações, estabelecendo paralelos, aproximações e contrastes entre Durkheim, Weber e Marx.

4. MOSCOVICI (1995) defende a teoria das representações sociais como sendo o "coração da psicologia social" encontrando-se na encruzilhada entre essa disciplina e as ciências sociais, em especial, a sociologia e antropologia e nessas, relacionando-se às teorias que tratam dos mitos, da religião, da ideologia, da linguagem. Para ele, não só a teoria das representações sociais, mas a psicologia social deve situar-se no cruzamento das ciências psicológicas e das ciências sociais. Existe uma reciprocidade entre essas famílias de conhecimentos científicos, diz ele, por isso a teoria das representações sociais procura combater a tendência de separar os fenômenos psíquicos dos fenômenos sociais. A dívida que sua teoria tem com relação à outras disciplinas é claramente assumida por ele, quando afirma que o conceito de representação social ou coletiva nasceu na sociologia e na antropologia, como obra de Durkheim e Lévi-Bruhl, servindo de elemento decisivo para a elaboração de uma teoria da religião, da magia, do pensamento mítico. Reconhece ainda o papel análogo do conceito de representação na teoria da linguagem de Suassure, na teoria das representações infantis de Piaget, ou ainda na teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky.

5. Para uma discussão aprofundada sobre a relação do conceito de representações sociais com o conceito de ideologia ver a obra "Cultura política, identidade e representações sociais" de Maria Antônia Alonso Andrade (citada nas referências deste artigo), onde a autora faz uma ampla discussão sobre o tema, propondo inclusive um novo conceito de cultura política deduzido dos estudo das representações sociais, mediado pela ideologia, ao tempo em que promove uma ampla exposição e revisão crítica da teoria de Moscovici.

6. Traduzida para o português como "A Representação Social da Psicanálise".

7. O fato de considerar que os conceitos científicos assim se apresentam quando reelaborados, interpretados e utilizados pelo senso comum, não significa considerá-los como deturpados, vulgarizados ou distorcidos. Significa que esses conceitos transformam-se, formando um "outro tipo de conhecimento, adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios, num contexto social preciso"(Moscovici, 1978, p.24), assumindo portanto, um outro lugar diferente do seu lugar inicial. É através desse movimento que o conhecimento científico se socializa.

8. Coletânea de textos de autores diversos, organizada por Pedrinho Guareshi e Sandra Jovchelovitch que trazem discussões sobre a TRS do ponto de vista teórico, metodológico e relatos de pesquisa. Ver referências no final do artigo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, P. C. e RABELO, M. C. *Repensando os estudos sobre representações e práticas em saúde/doença.* In: ALVES, P. C. (org). **Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Relume Dumará, 1998.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. **Cultura Política, identidade e representações sociais.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1999.

BONFIM, E., ALMEIDA, *Representação social: conceituação, dimensão e funções.* **Revista de Psicologia.** Fortaleza: v. 9, n.1/2, 1991/92

FARR, Robert. *Representações sociais: a teoria e sua história.* In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (org)- **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho A. . *Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais.* In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCHI, Sandra (org)- **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, Vozes: 2ª edição, 1995 a.

JODELET, Denise. **Les Représentations Sociales**. 4 ed. Paris: PUF, 1994.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais*. **Revista Psicologia e Sociedade**. São Paulo: ABRAPSO, v. 10,n.1, 1998.

MEDRADO, B. *Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista.* **Psicologia e Sociedade.** São Paulo: ABRAPSO, v. 10, n.1, 1998.

MINAYO, Maria Cecília - *O conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica.* In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (org)- **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1995.

MOSCOVICI, Serge - **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978

_____ . **Phychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984

NÓBREGA, Sheva Maia da - **O que é Representação Social**. Tradução parcial, revisada e ampliada do trabalho "La maladie mentale au Brésil: étude sur les représentations sociales de la folie par des sujets internés à l´hôpital psychiatrique et leurs familles", 1990 (mimeo)

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SPINK, Mary Jane - *O estudo empírico das Representações Sociais*. In: **O conhecimento no cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____ . *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais.* In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (org)- **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1995.

_____ . Representações sociais: questionando o estado da arte. Psicologia e Sociedade. São Paulo: ABRAPSO, v. 8, n.2, 1996.

VALA, Jorge. *Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social.* In: VALA, J. e MONTEIRO, M.B. **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Caloustre. Gouberkian, 1993.